Proletários de todos os países, uní-vos !

A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 103 Janeiro de 1976 Ano XI

Um Ano de Luta e Resistência à Ditadura

Na Página Quatro:

ROMPIDO O MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO

Na Página Oito:

A REVOLTA DA CHIBATA

No pórtico do novo ano, impõe-se uma apreciação do período que ficou para trás e das perspectivas que 1976 apresenta. Enquanto os reacionários e fascistas, de costas para o futuro, confundem e mistificam na vã esperança de iludir as massas, as correntes democráticas e progressistas analisam os acontecimentos passados no seu verdadeiro sentido e, com otimismo e confiança, encaram o porvir.

1975 foi um ano de derrotas e fracassos para a ditadura militar-fascista. Seus planos mirabolantes de desenvolvimento, de transformação do Brasil em grande potência, de consolidação do regime ruíram fragorosamente. O "milagre brasileiro", criado e alimentado pela custosa máquina da propaganda oficial, reduziu-se ao que sempre foi - uma burla indecorosa que, todavia, trouxe enormes benefícios ao capital estrangeiro e acarretou prejuízos à soberania nacional. O país está afundado na pior crise da sua história. Déficits astronômicos no balanço de pagamentos, pesada dívida externa de mais de duas dezenas de bilhões de dólares, queda acentuada nas taxas de crescimento econômico, sensível diminuição das reservas financeiras internacionais, inflação perto dos 40% - eis o saldo no setor da economia e das finanças que a ditadura oferece. Não menos inquietantes são os resultados no aspecto social - redução geral do nível de vida, desemprego sobretudo no Norte e Nordeste, mendicância em aumento, abandono de boa parte da infância, criminalidade crescente, prostituição sempre maior, lado a lado com o enriquecimento fácil e vertiginoso de um punhado de magnatas, com a dissipação desbragada de ricaços e parasitas. No terreno político, os generais tiveram que pôr de lado os projetos enganosos de "aberturas" e "diálogos construtivos". Face ao impulso do movimento democrático, arremeteram iradamente contra as manifestações de inconformismo. Assassinaram patriotas, prenderam e torturaram milhares de pessoas, intensificaram a censura à imprensa, cercearam a atividade da oposição consentida, declararam alto e bom som que jamais abririam mão do Ato Institucional nº 5. Não conseguiram esconder, nem camuflar, a carranca sinistra do atual regime. Tampouco puderam evitar as denúncias que evidenciam o grau a que chegou a corrupção administrativa. Homens do governo - passado e presente - surgiram envolvidos em escandalosas negociatas, roubos e peculatos. Os militares reagiram ameaçando os que divulgavam os fatos, revelando-se, desse modo, acobertadores de fraudes e ladroagens, eles que se diziam puritanos e inimigos da corrupção. Mas, de todos os atos infames que praticaram no curso dos últimos doze meses, o que lhes ocasionou maior desgaste e acarretou maior ódio foi o da entrega do petróleo. Caíu-lhes de vez a máscara de patriotas que procuravam usar, apareceram aos olhos da nação como vende-pátria sem escrúpulos. Ao romper o monopólio estatal dessa fonte de energia, que se havia constituído num símbolo de soberania e esforço realizador do povo brasileiro,

feriram fundo o sentimento nacional.

Assim, ao final do ano, a ditadura está mais isolada, cercada por um mar de animosidade e descontentamento, carente de toda autoridade moral. E as Forças Armadas, que lhe servem de escudo, acham-se expostas à execração pública. No Brasil de hoje, governo militar é sinônimo de opressão, entreguismo, obscurantismo, tortura e assassínio de patriotas e democratas.

De outra parte, 1975 assinalou combativas ações do movimento antiditatorial e das forças populares. Multiplicaram-se os protestos contra o terrorismo fascista. As prisões efetuadas pelo Exército na Bahia e depois no Paraná e Santa Catarina encontraram forte resistência de amplos setores políticos, sociais e culturais. Com o assassinato de Vladimir Herzog numa dependência do II Exército, em São Paulo, tomaram vulto as manifestações contrárias aos métodos repressivos do governo. Cerca de 40 mil estudantes paulistas realizaram uma greve de advertência, a mais vigorosa desde 1968; os jornalistas mantiveram-se em sessão permanente no Sindicato, denunciando a morte violenta do colega; a ABI e diversos jornais recriminaram a brutalidade policial; as Igrejas Católica e Protestante expressaram desaprovação; a Ordem dos Advogados do Brasil reclamou respeito aos direitos humanos; o MDB publicou nota de repúdio. De toda parte elevaram-se vozes de condenação ao crime cometido pelos militares. Esse movimento impediu, de certa forma, a execução final de um plano urdido pelo general Ednardo d'Avila Melo e seus parceiros fascistas no sentido de reforçarem suas posições de mando. Cresceu, igualmente, o movimento contra o AI-5, o decreto 477, a censura à imprensa e pela anistia. Durante o ano, repetiram-se atos e declarações condenatórios desses instrumentos de coerção e sucederam-se pronunciamentos favoráveis à anistia para os presos políticos e para os atingidos por medidas arbitrárias do governo. Destaque especial merecem as manifestações de oposição ao entreguismo, ao avassalamento do país pelo capital estrangeiro. Inúmeras foram as críticas à desnacionalização em marcha da economia. O Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental suscitou ampla reprovação. Mais poderosa, porém, levantou-se a contestação aos chamados contratos de risco que atingem o monopólio da Petrobrás. De distintos setores da população ergueram-se indignados protestos por esse atentado à soberahia e ao resguardo das riquezas do país.

Embora coibidas permanentemente, desenvolveram-se as lutas dos trabalhadores das cidades e do campo por seus interesses vitais, assim como as dos estudantes. A intensificação dos reclamos proletários por melhoria de salários obrigou Geisel a elevar de 25 para 35% e, em alguns casos, 37% o teto dos aumentos, ainda que em desproporção com a carestia de vida. Generalizou-se a exigência em prol de adiantamentos por conta de futuras elevações salariais. Apelando para formas de ação variadas, desde assembléias nos sindicatos e dissídios coletivos até paralisações parciais, os operários obtiveram alguns êxitos. No final do ano, ocorreram greves na Metalúrgica Matarazzo, em São Paulo, nos transportes urbanos, em Salvador, e em empresas de Santo André e do Vale do Rio Doce. Nestas últimas, os grevistas quebraram vidros e móveis dos escritórios das firmas que se recusavam a satisfazer suas justas reivindicações e enfrentaram corajosamente os choques policiais. No Rio de Janeiro, usuários da Central do Brasil revoltaram -se em diferentes ocasiões face à negligência no sistema de transportes. Queimaram trens e estações de subúrbio. No Amazonas, cansados de esperar em filas intermináveis, trabalhadores danificaram completamente um posto do INPS, numa atitude de compreensível revolta. O movimento estudantil combateu a elevação das taxas de anuidades, as deficiências no ensino, os regulamentos extremados, a falta de liberdade. Na Bahia, 10 mil universitários sustentaram uma greve, que durou quase um mês, de repúdio ao jubilamento. Em vastas regiões do campo, multiplicaram-se os choques contra a grilagem e a violência policial. Rondonópolis, Diamantino, Barra do Garça, em Mato Grosso; Vila Rondon, Bacabal e Imperatriz, no Maranhão; PA-70, no sul do Pará; Xapuri, no Acre; Itacoatiara, no Amazonas; Rondônia, Goiás, Paraná, Bahia e outros Estados foram cenários de conflitos de terra. Feição particularmente aguda e de expressiva significação, tomou a ocupação de latifúndios realizada por 5 mil camponeses de Eunápolis, no sul da Bahia. Ainda que desalojados à força, os lavradores mostraram, com essa ocupação, o real estado de espírito das massas pobres do campo, cada vez mais propensas a passar às ações concretas a fim de obter a terra para trabalhar e nela viver. Também se destacou a resistência de dois mil posseiros do povoado de São Pedro da Água Branca, nos limites do sul do Pará com o Maranhão, próximo de São João do Araguaia onde há mais de três anos surgiu a luta guerrilheira. Com suas famílias os posseiros enfrentaram dezenas de capangas e policiais contratados por grileiros que tentavam

apossar-se das áreas que cultivam, puseram-nos em fuga, detiveram soldados da PM do destacamento de Marabá e conservaram suas posses.

Apesar das dificuldades que atravessam, os combatentes e moradores do sul do Pará mantiveram no alto a bandeira da resistência, erguida a 12 de abril de 1972, que inspira os lavradores e o povo do interior a se unir e a se opor decididamente à grilagem e às arbitrariedades da ditadura. A guerrilha do Araguaia continua indicando a todos o caminho da luta armada como o único capaz de livrar o país da tirania e assegurar-lhe um regime de expressão popular.

No transcurso de 1975, o Partido Comunista do Brasil lançou a Mensagem aos Brasileiros, e com ela trabalhou, analisando em profundidade a situação nacional, conclamando amplas forças à realização da frente-única e à luta contra a ditadura, indicando as vias para tornar realidade as profundas aspirações da maioria da nação. Esse documento, que alcançou intensa repercussão, está chamado a desempenhar um grande papel, unitário, aglutinador e mobilizador, na solução dos problemas que o país defronta. O Partido sustentou, ao mesmo tempo, uma luta tenaz em defesa de sua existência como organização revolucionária. Por mais ferozes que tenham sido os ataques da repressão, seguindo diretivas do imperialismo norte-americano, os generais e seus lacaios não conseguiram abater o PC do Brasil nem impedir que cumprisse sua função de vanguarda. Seu prestígio cresceu e sua orientação política viu-se confirmada pela prática.

Todas estas lutas e fatores revolucionários compõem o quadro da resistência valorosa que se desenvolve no Brasil. Se se tem em conta que o povo brasileiro combate nas duras condições do fascismo, encarando seus piores inimigos, submetido a um sistema de terrorismo policial jamais presenciado, pode-se considerar que essa resistência constitui grande feito das forças antiditatoriais. Os militares passaram o ano inteiro esforçando-se em aniquilar o movimento democrático e patriótico, o que, aliás, vêm fazendo há mais de um decênio, sem conseguir seus intentos. O povo encontrou sempre meios e formas de desmascarar e golpear a reação, de preparar o terreno para sacudir o jugo da tirania.

A perspectiva que 1976 descortina à ditadura é sombria. A crise vai-se estendendo. A carestia de vida aumentando. Os problemas sociais proliferando. A situação financeira agravando-se. Tendem a acentuar-se os males gerados pela política antinacional e antipopular adotada pelos governantes, que já não podem, este ano, contar tão facilmente com os onerosos empréstimos externos. Os generais tratam de acelerar a venda das riquezas do país aos trustes estrangeiros e de arrochar a vida das massas populares. Preparam-se desde agora para redobrar a repressão e endurecer mais ainda o famigerado Sistema. Tudo isto, no entanto, porá a descoberto numa escala bem maior as imundas chagas do regime podre que infelicita o Brasil há quase doze anos.

Certamente, o povo brasileiro prosseguirá sem desfalecimento o sagrado combate em que se vem empenhando em defesa da liberdade, de seus interesses fundamentais, da independência nacional. Neste novo ano, deverá reforçar sua unidade, fator básico para alcançar vitórias. No quadro que se apresenta, há-de intensificar a luta contra os contratos de risco e a desnacionalização da economia; combater energicamente o terrorismo fascista, exigindo respeito aos direitos humanos; defender palmo a palmo os direitos do cidadão; reclamar a abolição de todos os atos e leis de exceção, em particular o AI-5 e o decreto 477; exigir anistia para os presos políticos; batalhar por uma vida digna, com melhores salários; opor-se à grilagem e à invasão das terras dos índios; enfim, empreender variadas ações nas cidades e no campo com o fim de acuar e isolar a ditadura, de apressar sua derrocada. As condições para fortalecer a unidade e aumentar a resistência são cada dia melhores. A nação está cansada de suportar o jugo do regime militar, despótico e entreguista, esfomeador das massas, que conduz o país ao descalabro.

Se o movimento democrático e patriótico souber aproveitar todos os fatores favoráveis que se apresentam - 1976 poderá significar um grande passo adiante no caminho da conquista da liberdade e da autêntica independência nacional.

Rompido o Monopólio Estatal do Petróleo

Coerente com a política antinacional do regime militar fascista, o ditador Geisel suprimiu, pela porta dos chamados contratos de risco, o monopólio estatal do petróleo, importante conquista popular e símbolo da luta em defesa dos recursos naturais e da soberania nacional.

Para garantir a continuidade do afluxo de capitais estrangeiros, a ditadura resolveu investir contra a última barreira que ainda restava à penetração dos trustes alienígenas. Essa impatriótica medida desde há muito vinha sendo cuidadosamente preparada. Além da sistemática campanha de mistificação da opinião pública, havia sabotagem na orientação seguida pela Petrobrás que depois serviria de justificativa ao ato entreguista do governo.

BOICOTE À PROSPECÇÃO DO PETRÓLEO

Em seu pronunciamento de novembro do ano passado, o ditador Geisel confessou claramente o boicote à prospecção do petróleo ao afirmar que "enquanto os preços do petróleo bruto eram moderados e relativamente baixos, a ponto de sua influência no balanço de pagamentos ser suportável, não tínhamos excepcional interesse imediato (os trustes petrolíferos não tinham, N.R.) em descobrir todos os nossos recursos". A auto-suficiência em combustível diz respeito à soberania nacional. Portanto, desviar a Petrobrás do seu objetivo principal - a prospecção de petróleo - sob o pretexto de que os preços internacionais estavam baixos e, ao mesmo tempo, estimular brutalmente o consumo interno, como foi feito, é criar as pré-condições para, posteriormente, "justificar" a participação do capital estrangeiro na exploração dessa fonte de energia. Não é outro o argumento de Simonsen, falando sobre a auto-suficiência, quando declara: "não dispomos de condições ainda suficientes, a médio prazo, sem a colaboração estrangeira".

A sabotagem à prospecção do petróleo salta aos olhos. Os dados indicam uma involução no confronto entre a produção e o consumo de petróleo no país. Em 1961 o Brasil produzia 50% do total consumido. Em 1971, apenas 31%; em 1972, 27%; em 1973, 23%; e no ano passado, 20%. As causas deste declínio são facilmente detectadas. A Petrobrás desviou-se do seu objetivo básico aplicando somente 25% dos seus lucros na pesquisa. A queda vertiginosa no ritmo da prospecção fica evidenciada no quadro abaixo:

Ano	Nº de metros perfurados
1961	343.000
1965	294.048
1966	394.052
1967	340.000
1971	201.171
1972	178.000
1974	365.000

Com um consumo que subiu de 277.334 barris/dia, em 1961, para 795.474, em 1974, a prospecção de petróleo, após brutal decréscimo, sobretudo em 1971 e 1972, decorridos treze anos atingiu praticamente a mesma metragem perfuratória de 1961. Os dados indicam que o problema não está na falta de petróleo, mas no ritmo da exploração. Entre 1953 e 1961, nos oito primeiros anos da Petrobrás, com uma política que visava, efetivamente, à descoberta de petróleo, a produção nacional passou de 2.509 barris/dia para 95.362. Porém, nos treze anos subsequentes essa produção só atingiu 177 mil barris/dia.

O boicote ao nosso petróleo é antigo. Monteiro Lobato apelidou os poços rasos, feitos para não encontrar petróleo, de "buracos de tatu". Demonstrou que a política de poços rasos favorecia os interesses das grandes empresas petrolíferas. Hoje não se pode mais falar da inexistência de petróleo. Então se perfura a "passo de cágado". Mesmo assim encontraram-se novas áreas petrolíferas. A descoberta do poço de Guaricema na costa de Sergipe, em 1968, abriu largas perspectivas na plataforma continental. Entretanto, o governo não concentrou ali os equipamentos necessários para acelerar a exploração. Recentemente, forçado pela crise do petróleo, viu-se obrigado a aumentar o ritmo de prospecção. Os resultados foram imediatos, com o aparecimento de poços ,

ível

como Mero, em Alagoas, Caioba, em Sergipe e, particularmente, o poço de Garoupa, no litoral de Campos, Estado do Rio de Janeiro. Resultados que vieram evidenciar a riqueza petrolífera do país.

Os defensores da participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo afirmam que "no ritmo atual de perfuração, em 1980 a produção será de 500 mil barris por dia e o consumo, de 1,2 milhão". Em função disso, falam em "não se perder tempo", na necessidade de "recursos avultados", na "imensidão da superfície a pesquisar" para justificar aquela participação. O argumento inicial, de que tal participação viria aliviar a balança comercial, veio abaixo. O próprio Geisel o reconheceu. O prazo que separa a pesquisa da produção vai de 6 a 7 anos. Também os que se referem à incapacidade técnica da Petrobrás estão superados. Especialistas no assunto asseveram que a Petrobrás dispõe dos mais modernos recursos utilizados em todo o mundo. Por isso, os argumentos entreguistas mudaram. Agora o que está na ordem do dia é a urgência na extração do óleo e a carência de meios financeiros. As justificativas variam, o que não varia é o objetivo da entrega do petróleo às empresas estrangeiras. Os novos argumentos são falsos e significam apenas outra justificativa para a quebra do monopólio estatal. O regime suscita certas questões partindo de premissas tidas como irremovíveis. Há que perguntar: por que manter o ritmo atual de perfuração? Por que manter o enorme consumo de petróleo? Com uma política voltada para os interesses nacionais seria possível uma concentração de recursos maior para acelerar a prospecção, a redefinição da indústria automobilística e a realização de um rigoroso racionamento de combustível. É uma alternativa viável, mas não satisfaz os interesses dos capitais estrangeiros. A China é um exemplo de país que resolveu a questão do petróleo contando com suas próprias forças. Porém, isso somente foi possível com um desenvolvimento independente.

Os dados demonstram, portanto, que houve um boicote à prospecção de petróleo no Brasil. A Petrobrás afastou-se do seu papel essencial de explorá-lo no território brasileiro. Dispersou seus recursos em iniciativas como a associação com capitais estrangeiros a fim de explorar petróleo no exterior. A política petrolífera do regime militar fascista criou as pré-condições para que se "justificasse" a penetração dos trustes imperialistas no setor.

OS CONTRATOS DE RISCO ROMPEM O MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO

Candidamente o ditador Geisel afirmou que os contratos de risco "não se apresentam com o caráter espoliativo e opressivo atribuído àquele sistema (as concessões)". Afirmou ainda que os contratos de risco ~~substituiriam~~ substituíram as concessões em muitos países. Alegar que os contratos de risco não têm caráter espoliativo é uma verdadeira desfaçatez, uma mentira deslavada. Na verdade, tais contratos, além de não representarem riscos para as empresas petrolíferas, permitem que se tornem, temporariamente, co-proprietárias do petróleo por elas "descoberto".

Esses contratos de risco bem poderiam ser chamados de contratos de garantia. Há muitos anos as empresas estrangeiras vêm realizando pesquisas no subsolo de nosso país. Já Monteiro Lobato, quatro décadas atrás, teve suas denúncias sobre o boicote à descoberta de petróleo, por parte dessas empresas, confirmadas em carta que recebeu do geólogo Harry Keller. O ex-funcionário da Standard Oil afirmava ter encontrado "doze estruturas nos diferentes Estados do Brasil" e denunciava a "escravização petrolífera do Brasil". Depois desta denúncia, ele apareceu morto num hotel de Buenos Ayres... Outro geólogo da Standard, Pike, declarou: "não compreendo como se dorme tantos anos sobre uma riqueza como o petróleo. No Amazonas há mais petróleo do que água". Obviamente as pesquisas dos trustes tiveram continuidade. Agora mesmo sabe-se que geólogos da Shell fizeram estudos na foz do Amazonas e indicaram ser esta uma das mais promissoras áreas petrolíferas. Além disso, os trustes sabem que o Brasil possui 3,1 milhões de km2 de bacias sedimentares (estruturas geológicas propícias ao petróleo) em terra firme e 800 mil km2 na plataforma continental. Contam com inúmeras outras garantias. Tratando do assunto, o deputado Freitas Nobre negou a existência de riscos nos contratos a ser firmados com empresas estrangeiras, assinalando que se risco existe é para o Brasil, pois "as empresas que aqui vierem terão segurança alicerçada em informações de serviço aerofotogramétrico, durante dois anos, mais ainda pelo rastreamento de satélites através de raio laser". Junte-se ainda o levantamento aeroeletrônico realizado pelo Projeto Radam que dá uma "completa imagem eletrônica dos recursos minerais, hidrográficos e florestais". Este projeto é realizado pelas empresas "Engenharia de Prospecção", "Litton Industries" e "Goodyear Aerospace Corp.", estas dos Estados Unidos. Ou seja, os estrangeiros têm tantas ou mais informações sobre as potencialidades de combustível

do Brasil do que os nossos técnicos. Ademais, está previsto que a Petrobrás fornecerá "informações sísmicas básicas" às empresas forâneas. Não são, portanto, de risco, os contratos, mas de garantia.

Se tal não bastasse para configurar o caráter espoliativo dos contratos de risco, o fato de as companhias estrangeiras assumirem a co-propriedade do petróleo "descoberto" deixa esse caráter mais que evidenciado. Segundo se informa, as empresas contratantes serão ressarcidas dos gastos desde que encontrem óleo, isso além de se tornarem co-proprietárias da produção. A malícia está em que a empresa perderá os recursos investidos "caso não encontre petróleo". Pífia compensação para um jogo de cartas marcadas. Ora, se os riscos praticamente inexistem, se os trustes, além de ressarcidos de suas despesas assumem a co-propriedade do petróleo achado, os contratos de risco são profundamente espoliadores, sejam quais forem as justificativas da ditadura, porque os polvos petrolíferos se apossam de uma riqueza pertencente ao povo brasileiro e a bem dizer sem nenhum ônus.

O maior absurdo, porém, está na afirmação de que os contratos de risco não rompem o monopólio estatal. É um embuste com o qual o regime tenta amortecer a reação popular ante sua traição. Pretende-se apresentar o contrato de risco como uma forma de contrato de serviço, quando na verdade se trata de uma forma de concessão. Diante da forte resistência às concessões, manifestadas em todo o mundo, o imperialismo apelou para os chamados contratos de risco. Esses contratos não representam uma alteração de qualidade em relação às concessões, conservam um caráter espoliativo. Pode-se falar quando muito numa alteração quantitativa da espoliação. O que caracteriza, então, o contrato de risco como modalidade de concessão? Sabe-se que a concessão é um privilégio outorgado pelo Estado para a exploração de recursos minerais, implicando na fixação da área concedida. A empresa concessionária retira o volume de minério que quiser e paga ao governo uma ninharia. Os contratos de risco são essencialmente uma forma de concessão porque neles se delimitam áreas destinadas às atividades das empresas contratantes. E mais ainda porque essas empresas se tornam proprietárias de uma porcentagem do petróleo produzido enquanto o contrato estiver em vigência.

Estes traços caracterizam plenamente a ruptura do monopólio estatal do petróleo. A lei 2004, de 3 de outubro de 1953, afirma em seu artigo 1º: "Constituem monopólio da União: I - A pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos e seus gases raros, existentes no território nacional". O mesmo artigo também se refere ao monopólio da refinação e do transporte marítimo ou por meio de condutos. A lei é muito clara e monopólio significa exclusividade na exploração. A concessão de áreas para a prospecção feita a companhias estrangeiras implica na ruptura da exclusividade da União na pesquisa e lavra do petróleo. O governo procura diluir a gravidade do problema afirmando que as despesas dessas companhias serão controladas pela Petrobrás e que a porcentagem delas na produção poderá ser paga em dinheiro. Tais subtilezas não alteram a essência da questão: as empresas estrangeiras passarão a dividir com a Petrobrás a pesquisa e a lavra do petróleo. Além do mais, não tem consistência a afirmação de que os contratos de risco representam uma forma de contratos de serviço. Segundo técnicos da Petrobrás, os contratos de serviço consistem "basicamente no aluguel de certos serviços ou equipamentos". Nos contratos de serviço as empresas contratadas são meras "executoras de serviços que a empresa estatal determina", não participando portanto da produção nem dispondo de áreas de perfuração. É uma modalidade essencialmente diferente da do contrato de risco.

Maliciosamente o governo procurou chamar esta nova forma de concessão de contrato de serviço com cláusula de risco. Pretendia fazer crer que se tratava apenas de uma extensão do que já vinha sendo feito. É certo que o regime tomara uma série de providências tendentes a facilitar a ruptura do monopólio estatal do petróleo. Nesta linha situa-se a grande ênfase dada aos próprios contratos de serviço com empresas estrangeiras, em detrimento de uma maior expansão da capacidade de exploração da própria Petrobrás. Exemplo desta política é o fato de que dos 20 equipamentos que perfuram o litoral, 16 são alugados, custando à Petrobrás 420 mil dólares por dia. Outro exemplo é a tendenciosa interpretação da lei 2004 colocando a exploração do xisto betuminoso fora do monopólio estatal. O mesmo pode ser dito em relação à Braspetro. Agora a ditadura afirma: se fazemos contratos de serviço por que não fazer contratos de risco? Se a Petrobrás promove contratos de risco no exterior, por que não realizá-los aqui? O objetivo da ditadura é tentar provar que o contrato de risco não representa algo substancialmente novo. Na verdade, não é algo novo na política entreguista dos generais. Porém, r

presenta um salto de qualidade mesmo em relação às medidas entreguistas mais limitadas concretizadas anteriormente pelo regime.

Buscando diluir o caráter vende-pátria da medida, a ditadura afirma que há uma tendência geral no mundo para os contratos de risco. O que há é uma tendência dos trustes para esta forma de exploração. Os povos tendem para a nacionalização dos recursos minerais, particularmente o petróleo. A ditadura percorre, portanto, o caminho inverso, o caminho que interessa aos grandes consórcios petrolíferos.

O significado dos contratos de risco fica também evidenciado pela repercussão internacional. O diário "Le Monde" anunciou "o fim do monopólio no Brasil", destacando que "as sociedades petrolíferas estrangeiras são autorizadas a participar da prospecção do subsolo". Outros jornais falaram da reação favorável da City. O presidente da Shell correu a conferenciar com o chanceler Azeredo da Silveira na passagem deste por Londres. A Mobil Oil apressou-se a reiterar sua proposta de explorar petróleo no Brasil participando de 15% da produção.

Internamente as repercussões foram abafadas. Impôs-se rígida censura à imprensa. O semanário "Movimento" chegou a ser impedido de circular. E todos os jornais que se opõem aos contratos de risco - "Movimento", "Opinião","Crítica" e "Tribuna da Imprensa" - viram-se proibidos de publicar qualquer artigo referente ao assunto. Se o fizerem podem ser fechados. A repressão contra os protestos populares tornou-se mais violenta. A nota-circular que o fascista Armando Falcão enviou aos governadores proibindo manifestações em todo o país não foi senão a confirmação de um telefonema no mesmo sentido feito horas antes do pronunciamento de Geisel sobre os contratos de risco. O que não impediu que o povo recebesse com revolta a medida e que houvesse manifestado sua repulsa.

A TÁTICA DE MORDER E SOPRAR

Os trustes petrolíferos e seus agentes internos fizeram uma campanha sistemática com o objetivo de assegurar a quebra do monopólio estatal do petróleo. Nas páginas do "Jornal do Brasil", "O Estado de S. Paulo", "O Globo","Visão" etc., há muito foi lançada a palavra-de-ordem de ruptura do monopólio como pretensa saída para salvar da situação capenga a economia do país. Os homens dos consórcios estrangeiros faziam o trabalho de bastidores junto aos governantes e à imprensa. O presidente da Shell fez diversas discussões com proprietários de revistas e jornais. O governo adotou a tática de "morder e soprar", emitindo declarações francamente favoráveis aos contratos de risco para depois desmentí-las. O mestre destas manobras foi o ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki. Em outubro de 1974 ele afirmou que existia "uma forte corrente" desejando que a Petrobrás aceitasse a participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo. Considerava, entretanto, "que, no momento, o governo não está interessado nesta medida", destacando que "se esta necessidade for sentida, no futuro, será examinada a viabilidade do contrato de serviço, porém, sempre ressalvando a incolumidade do monopólio estatal do petróleo". A posição estava ardilosamente lançada. Mais tarde, comparecendo à Câmara dos Deputados, o ministro levantou a necessidade de debater a questão dos contratos de risco. A reação contrária foi tão grande que recuou. Posteriormente, perante a CPI das multinacionais, Ueki teve o cinismo de dizer que "o assunto está mais do que encerrado" e que "o governo apóia a Petrobrás sem contratos de risco".

Com tais manobras o governo pretendia ir acostumando certos setores à idéia dos contratos de risco. Não fazia uma afirmação categórica com receio da reação popular. Para o regime era indispensável que as massas ficassem à margem. Que a decisão fosse tomada a frio. Daí ser a medida negada até os últimos momentos. Um trabalho paciente e meticuloso. Informa-se que há um ano a questão vem sendo debatida nos quartéis. Enquanto os militares discutiam, o povo ficava totalmente marginalizado. Falsos nacionalistas, do tipo de Albuquerque Lima, vieram a público apoiar os contratos de risco. Também no MDB surgiram vozes defendendo tal medida. Do senador Saturnino Braga, que afirmou ser favorável "desde que o pagamento fosse feito em dinheiro e não em óleo" (grande vantagem...) e do senador Agenor Maria, do Rio Grande do Norte. Como parte do plano bem arquitetado, nos dias que antecederam o pronunciamento do ditador três ministros da área econômica declararam-se a favor. O governador de São Paulo também deu seu apoio. Contudo, por mais bem orquestrada que tenha sido a campanha ela não conseguiria demover a resistência de amplos setores do povo à ruptura do monopólio. Antigos nacionalistas, como Matos Pimenta e Euzébio Rocha manifestaram-se logo. E mesmo no seio do regime surgiram contradições. Comprovou-se, porém, mais uma vez que a tendência claramente hegemônica dentro do regime é favorável ao capital estrangeiro, sem restrições.

CONTINUA NA PÁGINA 11

A Revolta da Chibata

Faz 65 anos que ocorreu a maior das manifestações de rebeldia de marinheiros e fuzileiros navais brasileiros, uma das iniciativas independentes mais vigorosas da gente humilde e vilipendiada de nosso país. Precisamente a 22 de novembro de 1910, os marujos da Marinha de Guerra promoveram a famosa Revolta da Chibata, que terminou com o sistema de castigos infamantes e públicos em vigor nas corporações militares. Poucos dias depois, a 9 de dezembro, em resposta à aberta traição dos governantes ao decreto da anistia promulgada em favor dos marinheiros, sublevaram-se os fuzileiros navais da Ilha das Cobras, sendo impiedosamente massacrados. Ato contínuo, a reação abateu-se sobre os marujos e seus líderes, trucidando a maioria destes e perseguindo ferozmente os restantes. Mais uma vez, o regime dos latifundiários e da burguesia revelou sua tradicional face traidora, repelente, vingativa, disposta a todos os crimes para conservar o Poder.

Desde então, o feito e os nomes de João Cândido e seus companheiros foram banidos dos arquivos da aristocrática Marinha de Guerra, desconhecidos ou obscurecidos pela historiografia oficial, simplesmente ignorados pelas correntes liberais. Mas permanecerão para sempre na lembrança das forças democráticas e revolucionárias, como símbolos da capacidade de organização e unidade, da valentia de nosso povo na luta pela extirpação de todos os resquícios feudais e escravistas que tanto pesam ainda na vida social e política brasileira.

Ao exaltar novamente a ação dos mártires dessa grande batalha popular pela liberdade, os comunistas dão o merecido valor à combatividade dos marinheiros, procuram elevar bem alto a bandeira que empunharam e se esforçam para estudar as lições dela emanadas a fim de desenvolver a revolução nacional-democrática e levá-la até o fim.

Os motivos do levante eram antigos, bem conhecidos, profundamente justos. Recorde-se que a escravidão fora abolida há pouco mais de vinte anos. Surgira, em lugar da monarquia uma república federativa. Embora os marechais, almirantes e políticos que a haviam fundado proclamassem aos quatro ventos a igualdade de todos os cidadãos perante a lei e entoassem hinos à liberdade, as velhas e duras aflições do povo subsistiam, entre as quais os castigos corporais nas Forças Armadas. O conhecido paladino liberal-republicano Rui Barbosa, ao encaminhar no Senado o projeto de concessão da anistia aos marinheiros, assim se explicou: "Estes castigos foram abolidos por ato legislativo do governo provisório; mas, pelas necessidades estabelecidas pela rotina, esta exigência poderosa que se criou no fundo das instituições antigas, desconheceu a lei e os castigos tornaram a voltar". Para ser honesto, o líder liberal devia ter dito que na prática os referidos castigos jamais haviam sido suspensos...

Os marinheiros tinham de servir na Armada no mínimo quinze anos. Eram recrutados quase à força, entre as camadas mais pobres da população. Executavam tarefas extenuantes, recebiam péssima alimentação, ganhavam soldos miseráveis. Sua situação via-se agravada por uma série infindável de humilhações. A oficialidade tratava-os como animais. E sendo a maioria dos marujos composta de pretos e mulatos, muitos oficiais, para justificar sua atitude racista, os caracterizavam em artigos e livros como "mal encarados, com todos os signos deprimentes das mais atrasadas nações africanas". A chibata funcionava, a bem dizer, para qualquer falta disciplinar. Não consistia, porém, de um simples chicote. O carrasco utilizava uma corda de linho especial, atravessada por pequenas agulhas de aço, bem resistentes, apropriadas a fazer jorrar sangue. Punha-a de molho durante certo tempo a fim de intumescê-la e expor as pontas das agulhas. Tampouco a punição se restringia a mera formalidade. Longe disso. Havia todo um cerimonial para o suplício das vítimas: guarnição formada, assistência da oficialidade, rufar de tambores etc. Às vezes, prescreviam-se mais de trezentas chibatadas para "corrigir o indisciplinado" e conservar a marujada bem distante do seleto e privilegiado corpo de oficiais.

A despeito disso, os governantes, no afã de levar adiante sua política reacionária, megalomaníaca, de manter o Brasil como grande potência naval, empenhavam-se em comprar (nesse tempo na Inglaterra) belonaves modernas e caras, aumentando o endividamento nacional e os sacrifícios do povo. Para buscar os vasos de guerra, verdadeiras fábricas flutuantes destinadas a matar, e aprender a manejá-los, os marinheiros tinham

de dirigir-se ao exterior e adquirir rudimentos de cultura e técnica. Nessas condições, não podiam deixar de ouvir, sentir, saber o que se passava no mundo. E o que é mais significativo, entravam em contato com o movimento operário, socialista, dos países avançados. Por mais ignorantes que fossem, percebiam que se achavam sujeitos a uma vida de escravos.

Nesse período, no alvorecer do século XX, desencadearam-se as primeiras tormentas revolucionárias, que começaram a abalar o sistema imperialista emergente. No bojo da revolução popular russa de 1905, por exemplo, alcançou enorme repercussão o levante do encouraçado Potenkim contra os maus tratos recebidos e por direitos democráticos. Mesmo no Brasil, no ano de 1910, vinha de realizar-se uma campanha presidencial, em que os candidatos da oposição, Rui Barbosa e Nilo Peçanha, arvoraram a bandeira civilista contra o marechal Hermes da Fonseca, representante do situacionismo, até mesmo reclamando para os soldados e marinheiros a extinção dos castigos corporais bem como o aumento dos soldos.

Por todas essas razões crescia entre os marinheiros e os fuzileiros a resistência à chibata ou à "rotina". Eles formularam inúmeras petições, individual ou coletivamente, no sentido de acabar com o castigo intolerável. Tudo em vão. Recorreram a motins, alguns de vulto, como o de 1904, no "Benjamin Constant". Nada conseguiram. A resposta invariável recaía nas costas dos mais decididos, submetidos a chibatadas em dobro. Nesse processo, conceberam e amadureceram a idéia de um levante geral. Com esta finalidade, organizaram um Comitê Geral, composto por Francisco Dias Martins, João Cândido, Ricardo Freitas, Gregório do Nascimento e André Avelino. A idéia foi ganhando corpo; o Comitê fazia articulações em cada navio; até que o movimento ficou marcado para 15 de novembro de 1910, data em que se empossaria o novo presidente "eleito", marechal Hermes da Fonseca. No entanto, por diversas circunstâncias, o levante foi adiado.

Uma semana depois, a 22 de novembro, chegou finalmente o "dia da ira". Em face do suplício de 250 chibatadas infligido a um companheiro, a indignação dos marinheiros transbordou. Decidiram dar um - Basta! ao regime da chibata. Com uma só vontade, os quase 2.400 marinheiros das belonaves fundeadas na baía da Guanabara se assenhorearam do seu comando e liquidaram rapidamente a resistência oposta pelos oficiais, matando uns, prendendo outros e obrigando alguns a exercerem determinadas funções para as quais não se julgavam ainda perfeitamente habilitados. Perderam na ação vinte companheiros. Em seguida, apontaram os canhões para a cidade do Rio de Janeiro, sede do governo, deram tiros de advertência e enviaram ao presidente da República suas exigências: " (....) Mandamos esta honrosa mensagem para que V. Excia. faça os marinheiros repossuirmos os direitos sagrados que as leis nos facilitam (....); bem assim como: retirar os oficiais incompetentes e indignos (....) Reformar o Código imoral e vergonhoso que nos rege, a fim de que desapareçam a chibata, o bolo e outros castigos semelhantes; aumentar o nosso soldo (....) pôr em vigor a tabela de serviço diário". Sem embargo dos termos respeitosos e do nível mínimo das reivindicações, o prazo dado para a "resposta satisfatória" foi de 12 horas, sob pena de severas represálias. A fim de demonstrar sua determinação, fizeram acompanhar a mensagem-ultimato dos corpos dos oficiais mortos na refrega, entre eles o do comandante do moderníssimo encouraçado "Minas Gerais", recentemente chegado dos estaleiros ingleses. Em todos os navios hastearam bandeiras vermelhas, que tremularam ao vento enquanto durou a insurreição.

A notícia do levante estourou como uma bomba. O recém-empossado governo, colhido de surpresa, entrou em pânico. As famílias das classes abastadas começaram a fugir da cidade. Entretanto, as massas populares desde logo simpatizaram com a causa da marujada. Passados os primeiros momentos, os dignitários do Poder, entre acovardados e furiosos, puseram-se a estudar como sair da dificuldade. Buscavam fórmulas para, antes e acima de tudo, desarmar os rebeldes e, depois, vingar-se. A princípio planejaram assaltar os barcos de guerra. Os marinheiros, porém, avisados, manobraram com os navios barra fora e reforçaram seu ultimato com novos disparos de canhão. Reconhecidamente impotentes para sufocar a revolta a ferro e fogo, os governantes resolveram aceitar a exigência de anistia, também reclamada posteriormente pelos insurretos. Desse modo, o Congresso apressou-se, em tempo recorde, a votar o projeto de anistia, consagrando a abolição dos castigos corporais nas Forças Armadas. Haviam transcorrido cinco dias desde o início da rebelião. Com sua luta, os marinheiros obtiveram um grande triunfo. Satisfeitos, eufóricos, devolveram em perfeita ordem os navios e voltaram a suas fainas. De ânimo generoso, cheios de ilusões, não esperavam do governo e de seus superiores hierárquicos nenhuma felonia. Apenas certo núme-

ro de marujos, liderados por José Alves de Sousa, que comandava um dos barcos revoltados, advertiu em manifesto: "Resolvamos nosso destino antes de aceitar a entrega da Esquadra. Esperemos alguns dias (....) Nós temos a força. O povo está conosco. Ele há de nos ajudar a forçar o governo a dar tudo o que desejamos". Mas nem mesmo esse grupo tinha clareza sobre o sentido de classe, político, da luta em que se empenhava.

A verdade é que as autoridades, após a pequena concessão, retomando os navios e refazendo-se do susto e da desmoralização, começaram a executar seu plano de desforra. No dia seguinte, 28 de novembro, o Ministério da Marinha mandou desembarcar ou transferir para serviços em terra os líderes da revolta, desarticulando o Comitê Geral. Por outro lado, um decreto governamental ameaçou de exclusão todos os participantes do movimento. Também pelo novo projeto de fixação da força naval para 1911, publicado em seguida, tanto o regime escravo como os soldos sofriam pequeníssimas alterações para melhor. E a 4 de dezembro, alegando a existência de outra conspiração, as autoridades da Marinha iniciaram a prisão dos marinheiros.

Evidentemente, estava sendo aplicado um tenebroso esquema de massacre dos que tinham ousado desafiar e atemorizar as classes dirigentes. Mesmo sem se aperceberem totalmente do que ocorria, reinava inquietação nas fileiras dos marujos e dos fuzileiros; ressurgiam suas manifestações de protesto. Até que na noite de 9 de dezembro, como repúdio à traição e às provocações de que eram alvo, com gritos de "Viva a Liberdade!", explodiu a revolta do Batalhão Naval. Não se articulara, ao que parece, com outras unidades, nem contava com o apoio dos ex-rebeldes da Armada. Como se estivessem aguardando esse sinal, as forças da reação, já preparadas, e com o auxílio de belonaves inglesas que se encontravam "por acaso" na Guanabara, atacaram incontinenti o Batalhão de Fuzileiros. Sobressaíram nessa operação as tropas do Exército, que arremeteram ferozmente sobre as posições dos rebelados. Segundo a imprensa da época, o Quartel foi reduzido a ruínas e estas ficaram juncadas de cadáveres das praças anistiadas. Simultaneamente, o Congresso aprovou o estado de sítio, em tempo mais rápido que o dispendido para votar a anistia.

Os governantes atiraram-se como feras sobre os participantes e líderes da Revolta da Chibata. Mandaram prender imediatamente dezoito destes, inclusive João Cândido, o mais popular de todos, encerrando-os na pior masmorra do Rio, daquela época. Afrânio Peixoto, escritor isento de qualquer suspeição, testemunha dos acontecimentos, assim descreve o vil episódio: "João Cândido deixou-se embair pelas falas oficiais. Poupou o Rio e entregou-se de boa-fé ao governo. Foi mais tarde enclausurado num dos cubículos da Ilha das Cobras pelo comandante Marques da Rocha, perecendo todos os seus dezeseis companheiros, apenas resistindo ele, João Cândido (....) conseguiu, sobre um montão de cadáveres, colar a boca num postigo que comunicava a enxovia com o ar exterior". Tempos depois, o próprio João Cândido prestou seu depoimento: "Foi horrível. Dos dezoitos camaradas no meu cubículo, só escaparam dois. Eu e o "Pau da Lira" (....) O resto foi comido pela cal, jogada com água dentro do subterraneo".

Além desses, inúmeros outros foram fuzilados nos diversos presídios do Rio. A "rotina" da morte precisava porém ser completada. Prepararam então as autoridades, secretamente, uma "viagem" do navio "Satélite". Nele embarcaram cerca de trezentos marujos, inclusive operários e servidores públicos simpatizantes da Revolta, com destino ao Acre, para o trabalho forçado nas obras do governo federal e nos seringais da região. Pelo menos uma dezena estava marcada para morrer antes do destino, conforme relato escrito do comandante do navio. E assim aconteceu. A indicação sinistra foi feita pelo então delegado de polícia Flores da Cunha, que tempos depois travestiu-se de "revolucionário de 30" e tornou-se governador do Rio Grande do Sul. Encarregaram-se da execução da sentença os tenentes do Exército Francisco Melo, João da Silva Leal e Libânio da Cunha Matos.

João Cândido, com alguns outros, sobreviveu. Mas teve de suportar toda uma odisséia. Esteve internado num hospital de loucos e depois encerrado por mais de dois anos em infecta masmorra do Rio de Janeiro. Foi perseguido durante quase toda a sua vida.

Decorridos 65 anos, a Revolta da Chibata ainda se projeta sobre a realidade de nossos dias não só como façanha imorredoura mas também pelas grandes lições que oferece. Movimentos dessa envergadura ensinam que para arrancar qualquer concessão, por menor que seja, das tradicionalmente despóticas e reacionárias classes dominantes é indispensável que as massas populares se preparem para travar duros e cruentos com-

A REVOLTA DA CHIBATA (continuação da página 10)

bates, que se unam solidamente, que tenham à sua frente um partido revolucionário, marxista-leninista, e criem um exército popular. Só assim serão capazes de vencer as forças armadas da reação, de derrubar o velho Poder, de criar um novo, a serviço da imensa maioria de explorados e oprimidos, um autêntico Poder Popular. Se bem que em 1910 ainda não existisse o Partido de vanguarda do proletariado, ficou claro que a ação dos marinheiros e dos fuzileiros navais era inseparável do movimento democrático geral, tinha caráter político, punha em causa o Poder estatal. Isto também se tornou evidente nas lutas de soldados e marinheiros, cabos e sargentos, quando dos movimentos de 1930 e 1931, de 1935/37, de 1961/63, como em todas as lutas pelos direitos específicos e pela conquista da liberdade em que se têm empenhado as praças do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

De qualquer forma, os ensinamentos que nos deixaram os combatentes da Revolta da Chibata são inesquecíveis, a memória desses combatentes está bem viva. Pertencem ao brilhante calendário da gesta revolucionária, seus nomes encontram-se na imensa galeria dos heróis e mártires do povo trabalhador e patriota. Sua luta constitui um ponto alto que se liga às lutas atuais através do glorioso partido do proletariado, o Partido Comunista do Brasil, seu continuador e intérprete consciente.

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 7 - ROMPIDO O MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO

A interferência estrangeira também ficou evidenciada pelos sucessivos "recados" que o Ministro da Fazenda, Simonsen, trouxe após reuniões com banqueiros internacionais sobre a dívida externa brasileira. E no próprio período que precedeu à tomada de posição, Roberto Campos, embaixador em Londres, deslocou-se para o Brasil como porta-voz que é dos capitais de fora. Mais significativa ainda foi a presença na mesma época, de Patrick Jenkin, ex-ministro de Energia da Inglaterra, homem ligado às empresas petrolíferas. Aqui esteve fazendo contatos com ministros e políticos e não guardou reservas em "aconselhar" o governo de Geisel a adotar o modelo dos contratos de risco.

Também a repressão desempenhou papel importante na tática adotada porque manteve o povo marginalizado do debate da questão e contribuiu para conter as manifestações posteriores à medida.

Todavia, não pensem os militares fascistas que tudo ficará por isso mesmo. O monopólio estatal é a síntese de décadas de luta do povo brasileiro em prol do petróleo. Politicamente simboliza a luta em defesa de nossos recursos naturais e expressa os anseios do povo pela verdadeira independência. A ruptura do monopólio estatal do petróleo é um ato de traição nacional. Afronta os sentimentos patrióticos dos brasileiros. Com este ato a ditadura chegou ao fundo do poço do entreguismo. Esta medida terá importantes desdobramentos na vida política do país. Os patriotas encontrarão as formas cabíveis para expressar o seu repúdio a tão insolente decisão de Geisel e colocarão na ordem do dia uma nova campanha em defesa do petróleo capaz de golpear profundamente o regime militar que atraiçoa os interesses da Pátria. "O Petróleo É Nosso" continuará a ser uma grande bandeira de luta de milhões de brasileiros, bandeira de unidade e, seguramente, de vitória.

RÁDIO TIRANA:	Das 20 às 21 horas Das 22 às 23 horas	Ondas de 31 e 42 metros
RÁDIO PEQUIM:	Das 19 às 20 horas Das 21 às 22 horas	Ondas de 19, 25 e 42 metros